



Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de Junho de 2019



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
NOTAS EXPLICATIVAS	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	15
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	16
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	16
09 IMOBILIZADO	17
10 INTANGÍVEL.....	17
11 FORNECEDORES.....	18
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	18
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	18
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA.....	19
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	20
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
17 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	21
18 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	21
19 RESULTADO FINANCEIRO	22
20 SEGUROS DE RISCOS.....	22



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	112.065	127.797
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		172	148
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	48.824	43.732
Contingências e apropriações por Competência	14	204.928	169.945
Adiantamentos de Pessoal	7	24.772	13.800
Benefícios a Receber		106	7.582
Demais Contas a Receber		116	2.659
Adiantamentos a Fornecedores		33	46
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	19.173	20.687
Importação em Andamento		164	1.830
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		163	82
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		2	-
		410.518	388.308
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.539	1.504
Contingências e apropriações por Competência	14	307.647	298.152
Demais Créditos a Receber		69	70
Imobilizado	9	890.475	869.600
Intangível	10	1.317	478
		1.201.047	1.169.804
Total do Ativo		1.611.565	1.558.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.









Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante			
Fornecedores	11	28.083	32.243
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.347	9.985
Obrigações com Pessoal	13	54.084	60.196
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	204.928	169.945
Outras Obrigações		6.784	5.891
		<u>295.226</u>	<u>278.260</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		96	96
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	307.647	298.153
		<u>307.743</u>	<u>298.249</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.107.523	1.003.759
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		19.451	103.764
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(15.600)	(15.329)
Prejuízos Acumulados		(102.778)	(110.591)
		<u>1.008.596</u>	<u>981.603</u>
Total do Passivo		<u>1.611.565</u>	<u>1.558.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado do Exercício

	Nota	Período de 01/04/2019 a 30/06/2019	Período de 01/04/2018 a 30/06/2018	Período de 01/01/2019 a 30/06/2019	Período de 01/01/2018 a 30/06/2018
Receita Operacional Bruta		62.813	57.733	121.761	114.873
Serviços Prestados		62.813	57.733	121.761	114.873
Deduções Da Receita Bruta		(718)	(563)	(1.295)	(1.158)
PIS sobre Faturamento		(128)	(100)	(231)	(206)
COFINS sobre Faturamento		(590)	(463)	(1.064)	(952)
Receita Operacional Líquida	16	62.095	57.170	120.466	113.715
Custos Dos Serviços		(318.985)	(272.341)	(605.588)	(528.061)
Resultado Operacional Bruto		(256.890)	(215.171)	(485.122)	(414.346)
Despesas Operacionais		(62.247)	(66.013)	(113.520)	(127.997)
Despesas Administrativas		(53.769)	(66.013)	(101.961)	(127.997)
Provisão para Contingências		(8.478)	-	(11.559)	-
Outras Receitas e Despesas		2.737	2.447	5.800	4.636
Receitas	18	3.033	2.945	6.279	5.399
Despesas		(269)	(466)	(386)	(595)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(27)	(32)	(93)	(168)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(316.400)	(278.737)	(592.842)	(537.707)
Resultado Financeiro	19	(5)	(175)	(266)	(7.165)
Despesas Financeiras		(800)	(786)	(1.660)	(8.288)
Receitas Financeiras		795	611	1.394	1.123
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(316.405)	(278.912)	(593.108)	(544.872)
Subvenções do Tesouro Nacional		337.914	317.367	619.993	608.407
Repasse para Subvenções e Doações Governamentais		(13.751)	(34.163)	(19.452)	(62.952)
Reversões e Repasses Concedidos		(89)	(757)	(163)	(836)
Resultado Líquido Do Exercício		7.669	3.535	7.270	(253)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.599)	(101.419)	-	423.658
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.118	2.118
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	620.363	(102.321)	-	-	-	518.042
Lucro do Período	-	-	-	(253)	-	(253)
Saldo em 30 de junho de 2018	996.766	62.952	(16.599)	(101.672)	2.118	943.565
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(849)	849	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	6.993	40.812	-	-	-	47.805
Lucro do Período	-	-	-	(9.768)	-	(9.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(17.448)	(110.591)	2.118	981.602
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	-	273
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(271)	271	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	103.764	(84.313)	-	-	-	19.451
Lucro do Período	-	-	-	7.270	-	7.270
Saldo em 30 de junho de 2019	1.107.523	19.451	(17.719)	(102.777)	2.118	1.008.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	7.272	(253)
Ajustes de Exercícios Anteriores	273	-
Ajustes de Depreciação/Amortizações	9.537	10.506
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(26)	(23)
Atualização Monetária AFAC/Reversão da Subvenção	-	6.993
Variação Cambial Passiva (Importação)	384	125
Variação Cambial Ativa (Importação)	(380)	(229)
Baixa de Bens Imobilizados	2.157	813
Produção de Bens Imobilizados	-	(3)
Produção de Bens em Estoque	(855)	(883)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(173)	(384)
Doações de Bens Móveis	(108)	(408)
Doações de Mercadorias	(1.000)	(1.031)
	9.809	15.476
Variação de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(4.943)	(18.185)
Recursos a Receber de Provisão de Férias	327	4.521
Recursos a Receber de Provisão p/13º Salário	(32.242)	(30.000)
Recursos a Receber de Licença Especial	(3.254)	(1.993)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	2.221	2.609
Adiantamentos a Pessoal	(10.972)	(9.338)
Outras Contas a Receber a CP e LP	10.031	1.920
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(35)	(64)
Importações em Andamento (Estoque)	1.665	(1.252)
Estoques	3.370	2.698
Despesas Pagas Antecipadamente	(83)	70
Fornecedores	(4.160)	(17.914)
Outras Obrigações a Pagar	918	1.499
Obrigações com Pessoal	(6.112)	(1)
Obrigações Sociais a Pagar	(7.635)	(173)
Obrigações Tributárias a Pagar	(1.004)	(1.353)
Provisão p/Férias	(327)	(4.521)
Provisão p/13º Salário	32.242	30.000
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(2.221)	(2.609)
Provisão p/Licença Especial	3.254	1.993
	(18.960)	(42.093)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.879)	(26.870)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(19.235)	(50.837)
Aquisições de Bens Móveis	(10.167)	(4.379)
Aquisições de Importação em Andamento	(2.937)	(306)
Aquisições de Bens Intangíveis	(964)	(280)
	(33.303)	(55.802)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(33.303)	(55.802)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19.451	62.952
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	19.451	62.952



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Caixa Consumido no Período	(15.732)	(19.721)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	127.797	58.855
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	112.065	39.134
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(15.732)	(19.721)
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(108)	(408)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(1.000)	(1.031)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(1.108)	(1.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



8



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Prestação de Serviços	121.761	114.873
Outras Receitas	4.866	3.716
Prov. Créd Liq Duv- Reversão/Constituição	18	11
	126.645	118.700
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	75.049	63.840
Serviços de Terceiros	75.585	68.684
Perda/Recuperação de Valores Ativos	480	684
	151.114	133.208
Valor Adicionado Bruto	(24.469)	(14.509)
Despesas com Depreciação/Amortização	11.600	11.213
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(36.069)	(25.722)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	1.394	1.123
Repasses Recebidos(-) Subvenções	600.542	545.455
Repasse Concedidos/Diferido	(162)	(165)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	-	(671)
Receitas de Aluguéis	2.249	2.459
	604.023	548.201
Valor Adicionado Total a Distribuir	567.954	522.479
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	378.695	349.022
Benefícios	39.065	36.772
FGTS	31.735	28.246
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	107.790	98.501
Estaduais/Municipais	21	33
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	1.660	8.288
Locação de Imóveis/Condomínio	410	532
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.308	1.338
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	7.270	(253)
Valor Adicionado Distribuído	567.954	522.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

9
QR



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (MF e MP denominados de Ministério da Economia (ME) a partir de 01/01/2019) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações foram autorizadas na reunião do Conselho de Administração nº 441, em 23 de setembro de 2019.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2019 que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras.

Com relação à NBC TG 06, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, como expediente prático a Instituição não aplicou esta norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento. Como resultado, a instituição tem analisado cada um dos contratos firmados ou renovados a partir da entrada em vigor da referida norma, não tendo até o momento identificado qualquer contrato que possa ser caracterizado como arrendamento.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/64.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalente de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda ou operações com derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

2019. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de junho de 2019. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal, são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

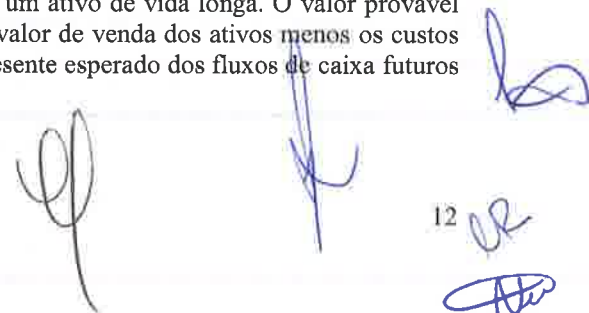
As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(j) Impairment de Ativos não Financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem quando um valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não pode ser recuperado.

Anualmente são realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 21.045 Cíveis, R\$ 124.629 Trabalhistas e R\$ 21.610 Tributárias, totalizando R\$ 167.284.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº0).

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(q) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(s) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA, que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2019, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 16 de janeiro de 2019.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2018, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 47 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	31	15
Conta Corrente/Bancos	1.453	691
Depósitos Bancários de Curto Prazo	26.963	28.550
Conta Limite de Saque	83.618	98.541
Saldo Contábil	<u><u>112.065</u></u>	<u><u>127.797</u></u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar

(Handwritten signatures and initials)



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

despesas de capital ou de custeio. Em 31 de março de 2019 compõem o saldo da conta única, também, os recursos financeiros para pagamento das obrigações com pessoal do HCPA referentes à folha de março de 2019, isso se devem à mudança de critério no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI data em que ocorreu a migração para o novo sistema de pagamentos.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	38.056	36.306
Convênios Privados	16.753	13.783
Clientes Particulares	2.135	2.397
Créditos Diversos	1.863	1.402
Subtotal	58.807	53.888
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	(9.983)	(10.156)
Valor Líquido a Receber	48.824	43.732

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Décimo Terceiro Salário	20.370	6.852
Férias	4.390	6.936
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12	12
Saldo Contábil	24.772	13.800

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2019, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2019.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Medicamentos	6.142	6.524
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	6.999	8.314
Material de Órtese e Prótese	1.537	1.832
Materiais e Utensílios	522	424
Rouparia (uniformes)	1.147	1.043
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	372	350
Material Expediente/Informática/Gráfica	300	344
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	98	82
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.056	1.774
Saldo Contábil	19.173	20.687

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Edifícios		210.169	(58.920)	151.249	153.497
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento[1]		585.081	(8.020)	577.061	558.397
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	210.902	(132.724)	78.178	77.617
Informática	20 a 50	25.547	(16.592)	8.955	7.949
Veículos Diversos	10 a 20	1.031	(821)	210	251
Subtotal Imobilizado		1.101.516	(217.077)	884.439	866.497
Bens Móveis em Andamento		6.034	-	6.034	3.102
Saldo Contábil		1.107.551	(217.077)	890.475	869.599

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 30/06/2019</u>
Edifícios	210.169	-	-	210.169
Terrenos	68.786	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	565.847	19.235	-	585.081
Bens Móveis e Imóveis	204.351	8.223	(1.672)	210.902
Informática	23.980	2.052	(485)	25.547
Veículos Diversos	1.031	-	-	1.031
Total Imobilizado	1.074.164	29.510	(2.157)	1.101.516

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Software	20 a 50	7.449	(6.132)	1.317
Saldo Contábil		7.449	(6.132)	1.317

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de junho de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consortio Tratenge - Engeform.	2.686	3.093
Barrfab Indústria Comércio Imp e Exp	1.542	-
Tecnova Engenharia Ltda	1.274	-
Unimed	1.060	3.028
Roche Diagnóstica Brasil Ltda.	796	491
Capgemini Brasil S/A	742	559
	<u>8.100</u>	<u>7.171</u>
Demais Fornecedores	19.983	25.072
Saldo Contábil	<u>28.083</u>	<u>32.243</u>

O fornecedor Barrfab Indústria Comércio possui contrato conforme autorização de fornecimento 139.852/1 e fornece diversos materiais médico hospitalares, entre eles mesas cirúrgicas e acessórios para cirurgias.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.084	2.058
PIS sobre Faturamento	38	37
COFINS sobre Faturamento	187	173
Obrigações Tributárias	<u>1.309</u>	<u>2.268</u>
Obrigações Sociais	38	7.717
Obrigações Sociais	<u>38</u>	<u>7.717</u>
Saldo Contábil	<u>1.347</u>	<u>9.985</u>

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009.

Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	42.115	48.620
Previdência e Assistência Médica	4.089	4.497
Empréstimos e Financiamentos	3.130	3.014
Outras Despesas de Pessoal	4.750	4.065
	<u>54.084</u>	<u>60.196</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de junho de 2019. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, uma vez que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de julho de 2019.

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	30/06/2019		31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Contingências (a)	15.658	293.336	308.994
Férias a Pagar (b)	97.171	-	97.171
Décimo Terceiro a Pagar (c)	32.242	-	32.242
Licença Especial (c)	55.769	-	55.769
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	4.088	14.311	18.399
Saldo Contábil	204.928	307.647	512.575

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	30/06/2019		31/12/2018
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Contingências Trabalhistas	14.350	272.777	287.127
Contingências Cíveis	1.308	19.418	20.726
Contingências Tributárias	-	1.141	1.141
Saldo de Contingências	15.658	293.336	308.994

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) Férias a Pagar

	30/06/2019	31/12/2018
Férias		
Saldo Inicial	71.962	69.911
Baixas	(38.740)	(66.056)
Apropriações	38.735	68.107
Total de Férias	71.957	71.962
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	25.177	24.878
Baixas	(14.457)	(24.518)
Apropriações	14.494	25.177
Total de Encargos sobre Férias	25.214	25.537
Saldo de Férias a Pagar	97.171	97.499

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) **Décimo Terceiro a Pagar**

	<u>30/06/2019</u>
Décimo Terceiro a Pagar	
Saldo Inicial	-
Baixas	(400)
Apropriações	23.877
Total de Décimo Terceiro	<u>23.477</u>
Encargos Sobre Décimo Terceiro	
Saldo Inicial	-
Baixas	(149)
Apropriações	8.914
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro	<u>8.765</u>
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	<u>32.242</u>

(d) **Licença Especial**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	38.324	36.418
Baixas	(3.098)	(5.061)
Apropriações	5.403	6.967
Total de Licença Especial	<u>40.629</u>	<u>38.324</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.190	13.548
Baixas	(1.147)	(1.872)
Apropriações	2.097	2.514
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>15.140</u>	<u>14.190</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>55.769</u>	<u>52.514</u>

(e) **Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(15.329)	(16.600)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(499)	(848)
Reversão de Menos-Valia	228	2.119
Saldo em 30 de junho	<u>(15.600)</u>	<u>(15.329)</u>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 228 e R\$ 2.118 (respectivamente 30/06/2019 e 31/12/2018), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde-SUS	87.388	83.036
Convênios	28.893	26.931
Particulares	2.853	2.898
Pesquisas e Análises	2.217	1.613
Ensino	410	395
Total de Serviços Prestados	<u>121.761</u>	<u>114.873</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(231)	(206)
COFINS sobre Faturamento	(1.064)	(952)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.295)</u>	<u>(1.158)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>120.466</u>	<u>113.715</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício foi adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos deixam de compor o grupo de receitas operacionais e passam a compor, separadamente, às demais receitas.

17 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Auxílio Creche	722	739
Auxílio Alimentação	16.656	15.748
Vale Transporte	1.827	1.432
Assistência Médica	5.527	4.182
Previdência Privada	14.334	14.176
Saldo Contábil	<u>39.066</u>	<u>36.277</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

18 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	2.249	2.459
Receitas de Leilões	-	8
Reversão de Depreciação	2.064	111
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.109	1.438
Restituições e Outros Acréscimos	856	1.383
Total de Outras Receitas	<u>6.278</u>	<u>5.399</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(386)	(595)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(93)	(168)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(479)</u>	<u>(763)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>5.799</u>	<u>4.636</u>



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

19 Resultado Financeiro

	30/06/2019	30/06/2018
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	865	753
Juros e Multas Previstos em Contratos	123	118
Variação Cambial e Monetária Ativa	406	252
Total Receita Financeira	1394	1123
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(701)	(796)
Variação Cambial	(959)	(499)
Correção Monetária AFAC	-	(6.993)
Total Despesa Financeira	(1.660)	(8.288)
Saldo Contábil	(266)	(7.165)

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

20 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 275.539 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Prof. Milton Berger
Diretor Médico

Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente

Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo

Contadora Neiva Teresinha Finato
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 53.292

Luciana Raupp Rios Wohlgenuth
Contadora - CRC/RS nº 69.663



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Demonstrações Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

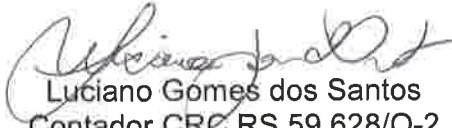
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias encerradas em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis em 10 de agosto de 2018 e 18 de março de 2019, respectivamente.

São Paulo, 15 de outubro de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP


Luciano Gomes dos Santos
Contador CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

